

**O CONHECIMENTO DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO  
PROFISSIONAL: RELATO DE ATIVIDADES REALIZADAS COM ALUNOS DO  
CURSO DE EDIFICAÇÕES NA E.E.E.P. JUAREZ TÁVORA EM FORTALEZA**

Zilsa Maria Pinto Santiago | Ediane Gomes Maia

---

**RESUMO**

O tema inclusão escolar e acessibilidade vem sendo estudado pelo *Programa de Educação Inclusiva e Acessibilidade* junto à Secretaria de Acessibilidade da Universidade Federal do Ceará, que conta com grupos de estudo com a participação de vários cursos. Neste artigo é relatada a experiência multidisciplinar que faz parte de estudos sobre atitudes sociais e impactos na educação, a qual realizamos na Escola Estadual de Educação Profissional Juarez Távora, junto à turma do 3o ano do curso de Edificações. As atividades desenvolvidas foram: explanação sobre “acessibilidade no ambiente construído”; apresentações de trabalhos já realizados pelo grupo da UFC; pequenos debates; filmes com audiodescrição e uma vivência de sensibilização. Concluímos que os alunos dessa turma de ensino médio tiveram boa receptividade ao tema proposto e apresentaram atitudes semelhantes e positivas em relação à inclusão escolar e social de pessoas com deficiência, bem como mostraram interesse na participação das atividades e no material bibliográfico repassado sobre o tema. Consideramos que a experiência realizada com metodologia integradora de saberes pode elevar o nível de consciência dos problemas relacionados à inclusão e influenciar de forma positiva nas atitudes no futuro trabalho técnico profissional.

**Palavras-chave:** Ensino Profissional. Prática Multidisciplinar. Inclusão e Acessibilidade.

## **O CONHECIMENTO DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO PROFISSIONAL: RELATO DE ATIVIDADES REALIZADAS COM ALUNOS DO CURSO DE EDIFICAÇÕES NA E.E.E.P. JUAREZ TÁVORA EM FORTALEZA**

### **1 INTRODUÇÃO**

Atualmente o tema *Inclusão Escolar e Acessibilidade* está muito presente nas discussões no âmbito universitário e na sociedade em geral. Neste artigo iremos relatar sobre uma experiência referente a essa temática, realizada pelo Programa de Educação Inclusiva e Acessibilidade (PEIA) da Universidade Federal do Ceará, como atividade prática multidisciplinar na Escola Estadual de Educação Profissional Juarez Távora.

Entendemos a escola como uma instituição social, portanto deve proporcionar ao educando um ambiente múltiplo no qual sejam vividas experiências que promovam novas aprendizagens e relações de convivência. Pensando nesse entendimento, levamos nossa proposta sobre a temática junto ao diretor da escola Juarez Távora, pois os alunos teriam a oportunidade vivenciar uma nova experiência, podendo assim estabelecer um novo paradigma no entendimento sobre as questões das pessoas com deficiência.

A inclusão escolar é de certa forma recente, seu percurso histórico vem crescendo em nosso país, através do atendimento a pessoa com deficiência, tendo suas ações pautadas no entendimento dos seus direitos e necessidades. Se buscarmos um pouco da história, veremos que o atendimento ao aluno com deficiência inicia na educação especial, em nosso país acontece no início por medidas isoladas e não integradas a sociedade em âmbito nacional.

Essas iniciativas de acordo com Mazzotta (2005) podem ser destacadas e divididas em dois períodos significativos para a evolução da educação especial, podendo assim compreender a atual realidade em que a mesma se encontra.

O primeiro período datado de 1854 a 1956, marcado por iniciativas oficiais e particulares, em que instituições foram criadas para desenvolver atividades junto a uma deficiência específica, como por exemplo, o Instituto Benjamin Constant (IBC) que presta atendimento a alunos cegos, e a partir disto, outras instituições foram criadas, atendendo pessoas com deficiência intelectual, auditiva e motora (MAZZOTTA, 2005).

No segundo período de 1957 a 1993 se deu as iniciativas oficiais de âmbito nacional, foi assumido e expandido através de campanhas voltadas para esse público. Essas campanhas tinham por finalidade auxiliar o desenvolvimento da Educação Especial no país (MAZZOTTA, 2005).

Após a demonstração desses períodos pudemos ressaltar o quanto a história da educação especial tem crescido em nosso país, evoluindo a partir disto para a inclusão dos alunos com deficiência em escolas de ensino regular, ou seja, a Inclusão Escolar, que com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei no 4.024/61 (BRASIL, 1961), que aponta o direito dos “excepcionais”<sup>1</sup> à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino, as instituições se viram desafiadas a mudar sua estrutura, seu funcionamento, bem como suas relações atitudinais e as suas práticas pedagógicas.

Estas mudanças exigiram também mudanças no espaço físico da escola, passando a ser incorporados elementos que favoreçam a condição de acessibilidade do ambiente construído, seja nos projetos ou reformas de escola, seja ela do ensino básico ou do ensino superior.

Neste sentido a Universidade Federal do Ceará (UFC) foi pressionada pela junção de ações pontuais de professores que já trabalhavam isoladamente em suas áreas de conhecimento em projetos que tratavam das temáticas da inclusão e acessibilidade. Assim, em 2009 uma comissão

---

1 Termo inicialmente utilizado até o final do século XX, mas que no início do século XXI, com o Decreto 5.296/2004, passou a ser usada a expressão “pessoa com deficiência”.

de professores apresentou uma proposta de criação da Secretaria de Acessibilidade para tratar dos três eixos de ação: inclusão cultural; inclusão pedagógica e acessibilidade física. A partir desta proposta, veio consolidar-se em 2010 a Secretaria de

Acessibilidade que hoje conta com vários profissionais de diversas áreas e projetos nos grupos de trabalho que abordam os diferentes aspectos da inclusão e da acessibilidade no ensino superior.

Fazendo parte da metodologia dos estudos sobre a temática em questão, o grupo de estudo do PEIA propôs uma atividade prática e multidisciplinar que faz parte de estudos sobre atitudes sociais e impactos na educação. A aplicação da metodologia integradora de saberes com alunos dos cursos de Pedagogia, Arquitetura, Odontologia e Filosofia, bolsistas do programa PEIA, com objetivo de divulgar e sensibilizar alunos do ensino médio de cursos profissionalizantes que poderiam ter uma interface com a temática em estudo. Neste sentido, foi selecionada a Escola Juarez Távora, pois a mesma ainda não tinha proporcionado a seus alunos a oportunidade de conhecer e relacionar-se com essa temática.

## **2 A ESCOLA JUAREZ TÁVORA**

O histórico da escola Marechal Juarez Távora consta que era uma escola mista onde o aluno ingressava com 5 anos de idade, no jardim de infância e concluía o 1o grau com 14 anos de idade. Em 1958 recebeu a denominação de Escola de Aplicação do Ceará, por funcionar como laboratório de pesquisas para as alunas normalistas e universitárias.

Após diversas gestões e planos educacionais, em 2008 a escola foi transformada em escola de ensino médio profissionalizante. Em 2009 teve início o novo modelo de ensino, sendo Aila Magalhães a primeira diretora do novo período que a instituição iniciaria. A Escola mudou sua denominação, passando a ser denominada Escola Estadual de Educação Profissional Juarez Távora, que funcionou com cinco cursos: Edificações, Informática, Massoterapia, Petróleo e Gás e Turismo.

Atualmente, a escola atende em média 459 alunos distribuídos em turmas de 1o, 2o e 3o anos do ensino médio, ofertando cursos técnicos de Automação Industrial, Edificações, Massoterapia e Redes de Computadores. Tendo um total de doze turmas, sendo quatro de cada nível, correspondendo cada uma a um curso ofertado.

## **3 A TURMA DE EDIFICAÇÕES: 3O ANO DO ENSINO MÉDIO**

A atividade prática e multidisciplinar foi realizada na E.E.E.P. Juarez Távora junto ao 3o ano do ensino médio da turma de Edificações. Recebemos a indicação da direção da escola de realizar a nossa atividade com essa turma pelo fato de que os alunos já estavam no último ano escolar, sendo esta a oportunidade que teriam de conhecer sobre a inclusão escolar e acessibilidade, podendo a partir disto ter um novo olhar em seus projetos, já que é uma turma de edificações.

A turma conta com um total de vinte e nove alunos, sendo composta por jovens do sexo masculino e feminino com idades entre dezessete e dezoito anos. Na escola é trabalhado o sistema integral de estudos, ou seja, os alunos permanecem estudando nos períodos da manhã e tarde, pois cursam o ensino profissionalizante junto ao ensino regular.

A turma teve uma boa receptividade ao tema proposto, bem como às atividades realizadas, podemos afirmar isso porque em todos os momentos a participação dos alunos foi muito positiva, tanto no entusiasmo, quanto no número expressivo de alunos. Em concordância avaliamos

que a turma mostrou interesse, tendo bom rendimento nas atividades propostas, bem como observamos que apesar de ter sido pouco o tempo que trabalhamos juntos, os alunos obtiveram aprendizagem significativa.

**Figura 1** – Turma de Edificações do 3o ano



**Fonte:** acervo do PEIA

#### 4 A ATIVIDADE PRÁTICA

Realizamos quatro encontros junto à turma, que ocorreram nos meses de maio, junho e julho, ou seja, no primeiro semestre do ano letivo de 2014. Cada encontro teve duração média de três horas, marcamos esses encontros junto ao diretor da escola, pois tinha que ser verificada a disponibilidade de horários da turma na qual estávamos realizando as atividades que seriam contabilizadas como atividade extracurricular.

A partir disto, fomos realizando as atividades planejadas dentro de uma metodologia integradora. As atividades consistiram em: explanação sobre “Acessibilidade no ambiente construído”; apresentações de trabalhos já realizados pelo grupo PEIA da UFC; pequenos debates, filmes com audiodescrição e uma vivência de sensibilização. Cada atividade priorizou a atuação de um aluno de diferente curso da UFC.

A primeira atividade, explanação sobre “Acessibilidade no ambiente construído”, foi ministrada pela professora orientadora do Grupo de Trabalho e Coordenadora do Programa PEIA. Nesse primeiro momento realizamos a abertura de nossos encontros, a professora situou os alunos sobre normas, leis e apresentou um trabalho sobre acessibilidade espacial, com base no Decreto 5.296/2004 e nas normas da ABNT, especialmente a NBR 9050/2004, gerando nos alunos diversas inquietações sobre o tema, promovendo assim pequenos debates no decorrer de nosso encontro.

No segundo encontro tivemos as apresentações de trabalhos já realizados pelo grupo da UFC, foram apresentados três trabalhos, cada um por um bolsista de um curso diferente, enriquecendo assim as trocas e as aprendizagens no grupo. Essas apresentações deram aos alunos a oportunidade de conhecer um pouco dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de alunos da UFC, despertando neles a curiosidade pela universidade, bem como pelos trabalhos realizados no âmbito acadêmico.

Nesses dois primeiros momentos tivemos a realização de atividades mais teóricas, com o intuito de fomentar nesses alunos uma pequena base sobre os temas que envolvem a temática da Inclusão Escolar, como por exemplo: acessibilidade espacial, acessibilidade tecnológica e acessibilidade pedagógica, bem como favorecer trocas de informações e aprendizagem, proporcionando um momento de apresentar e tirar as dúvidas provenientes dos alunos através dos pequenos debates realizados em cada encontro.

No terceiro encontro levamos aos alunos a proposta de assistir pequenos filmes com audiodescrição. Segundo Medeiros (2012, p.20), a audiodescrição (AD) se constitui em um recurso de acessibilidade desenvolvido com a finalidade de atender as necessidades de pessoas com algum tipo de deficiência visual.

A autora assinala que, baseado na classificação de Jakobson (1995), a AD pode ser chamada de tradução por se encaixar no terceiro dos seguintes tipos de tradução apresentado pelo autor:

1. Tradução intralinguística ou reformulação (uma interpretação de signos verbais por meio de outros signos da mesma língua);
2. Tradução interlinguística ou tradução propriamente dita (uma interpretação de signos verbais por meio de outra língua);
3. Tradução intersemiótica ou transmutação (uma interpretação de signos verbais por meio de signos de sistemas não-verbais). (JAKOBSON, 1995, p. 64 apud MEDEIROS, 2012, p. 20).

A audiodescrição é, portanto, uma modalidade de tradução audiovisual intersemiótica por ser uma tradução do visual para o verbal.

Antes de iniciarmos a sessão de filmes com esta modalidade de tradução, iniciamos uma pequena conversa, com o intuito de apresentar e saber se os alunos já conheciam essa modalidade. Fizemos então algumas perguntas, por exemplo, se algum dos alunos já conheciam essa proposta, e se sabiam como e para quem funcionava essa modalidade? Para nossa admiração alguns dos alunos já sabiam que filmes com audiodescrição eram utilizados por pessoas com deficiência visual, na qual um narrador relata as cenas que aparecem durante o filme, por exemplo, a cor da roupa do personagem, cenário, etc.

Apesar de alguns dos alunos já conhecerem um pouco de como funcionava uma sessão de cinema com audiodescrição, ainda não tinham participado. Seria então a primeira vez de todos, mas como todos os alunos eram videntes e nossa proposta era uma sessão de filmes com audiodescrição, para isso acontecer de fato, todos os alunos foram vendados com o intuito de levá-los a vivenciarem a condição de deficiência visual, além do que daria mais sentido e significado ao momento do filme, já que se tratava de um filme com audiodescrição.

Após a sessão foi reaberto o debate com os alunos, perguntamos como tinha sido esta experiência, o que sentiram, se entenderam o filme, etc. No início poucos falaram, mas depois começaram a relatar suas impressões, analisando suas respostas, concluímos que todos receberam aquela experiência como positiva,

consideraram interessante, pois estavam experimentando um pouco da condição de uma pessoa com deficiência visual, tendo que aguçar mais seus sentidos auditivos, bem como trabalhar com seus pensamentos, já que não dispunham no momento do seu sentido visual.

Outro fato que muitos relataram foi o de não conseguirem entender bem a mensagem transmitida pelo filme, pois a pessoa que estava narrando falava muito rápido. Compreendemos essa sensação, pois os alunos nunca tiveram uma experiência desse tipo, eles estão acostumados sempre fazer uso de todos os seus sentidos, quando impossibilitamos que utilizassem a visão, tiveram pouco tempo para adaptação dos outros sentidos, dessa forma seu organismo não conseguiu captar todas as informações que foram passadas durante o filme.

**Figura 2 e 3** – Sessão de cinema com audiodescrição realizada com a turma de Edificações que cursam o 3o ano do ensino médio, na Escola Estadual de Educação Profissional Juarez Távora



**Fonte:** arquivo do PEIA

No nosso quarto e último encontro realizamos uma vivência de sensibilização. Esta atividade tem como principal objetivo provocar uma percepção diferenciada sobre determinada circunstância, fazendo com que a pessoa veja de outro modo o que não lhe é comum. O momento de sensibilização para a acessibilidade é muito importante, pois é a partir dele que um indivíduo que não está habituado com a realidade de vida de uma pessoa com deficiência passa a perceber as dificuldades e particularidades de sua rotina (LIMA, 2014).

Para realização da atividade de sensibilização foram utilizados alguns equipamentos que dariam sentido e significado a atividade proposta, por exemplo, cadeira de rodas, muletas, vendas, abafador de som e mobilizadores de movimentos.

E com isto propomos aos alunos fazer uso desses equipamentos para vivenciarem as condições de uma pessoa com deficiência, caminhando pela própria escola e a partir disto verificar se a mesma possuía acessibilidade, pois devido aos encontros anteriores já tinham recebido as noções dos critérios utilizados para que um espaço seja considerado acessível.

Ao propormos aos alunos essa atividade causou um pouco de estranhamento para alguns, já que teriam que caminhar pela escola fazendo uso desses equipamentos, entendemos a reação que a proposta causou, pois era algo novo e geralmente o que é novo causa esta sensação ao ser humano, mas após conversamos e explicarmos o motivo da atividade, alguns voluntários quiseram realizar a atividade, depois todos os alunos participaram, dessa forma conseguimos fazer com que os alunos vivenciassem uma situação/simulação das condições de uma pessoa com deficiência.

**Figura 3 e 4** – Vivência de sensibilização, alunos vivenciando as condições de pessoas com deficiência motora e visual, caminhando pelos corredores da escola.



**Fonte:** arquivo do PEIA

**Figura 6 e 7** – Vivência de sensibilização, alunos vivenciando as condições de pessoas com deficiência motora e auditiva..



**Fonte:** arquivo do PEIA

Por fim, ao retornarmos para a sala, realizamos uma pequena sondagem das impressões que os alunos tiveram em relação à atividade. Apesar de no início ter tido um pouco de estranhamento, ao fim da atividade todos ficaram maravilhados com a experiência e a partir disto relataram suas observações, por exemplo, que tinha sido muito cansativo, porque as rampas da escola não tinham inclinação certa, dificultando para a pessoa que estava vivenciando a condição de pessoa com deficiência, principalmente os que utilizaram muletas com uma perna imobilizada; os que estavam com olhos vendados afirmaram que por mais que conhecessem a escola, não tinham condições para caminhar sozinho, pois tinham medo de cair ou esbarrar em alguma coluna.

Dessa forma, consideramos que os alunos fizeram valer a aprendizagem que tivemos no decorrer de nossos encontros, sobre diversas questões trabalhadas que envolveram o tema proposto, ou seja, de levarmos aos alunos da Escola Estadual de Educação Profissional Juarez Távora, a temática da Inclusão Escolar e Acessibilidade. E para validar nossas impressões sobre o grupo realizamos uma pequena pesquisa dentro da própria turma, é o que abordaremos no próximo tópico desse artigo, onde relatamos os resultados sobre a atitude referente à temática da Inclusão Escolar.

## 5 A ATITUDE DOS ALUNOS REFERENTE À INCLUSÃO ESCOLAR

Em nossa atividade prática nesta turma, nos deparamos com jovens do 3o ano do ensino médio, com aparente perfil dentro dos moldes da sociedade, ou seja, nenhum deles tinha nenhuma deficiência aparente. Por meio de nossas intervenções nos questionamos quais seriam as atitudes sociais desses alunos frente à Inclusão

Escolar, já que a escola que estudam ainda não tinha proporcionado a seus alunos a oportunidade de conhecer e relacionar-se com essa temática.

Para validarmos e respondermos ao nosso questionamento foi utilizado um questionário contendo 35 perguntas, referentes a atitudes sociais dentro do contexto escolar e da sociedade em que vivemos. Como já foi citado, a turma do 3o ano de Edificações, conta com um total de 29 alunos, sendo composta por mulheres e homens com idades entre dezessete e dezoito anos, contudo, no dia da coleta de dados estavam presentes dezessete alunos, dessa forma participaram da coleta de dados apenas dezessete, que forma nossa amostra total de participantes. Dentre os dezessete que participaram da coleta de dados, foram dez homens e sete mulheres.

Analisando os dados coletados, 15 deles, ou seja, 88,24% concordaram inteiramente com a proposta de inclusão escolar e social das pessoas com deficiência, e dois, correspondentes a 11,76% dos questionários entregues, foram considerados nulos, pois não foram respondidas todas as perguntas, impossibilitando assim a análise dos dados.

Concluimos que os alunos dessa turma de ensino médio tiveram boa receptividade ao tema proposto e apresentaram atitudes semelhantes e positivas em relação à inclusão escolar e social de pessoas com deficiência.

Além desse questionário que valida nossas impressões sobre a turma, não podemos deixar de ressaltar as participações ativas em todas as atividades propostas durante nossos encontros. Analisando todos esses aspectos, a turma teve uma participação positiva e apresentaram aprendizagem significativa referente à temática da Inclusão Escolar e Acessibilidade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos a importância da organização de ações práticas que levam para além dos muros da universidade temas que são discutidos no âmbito acadêmico com o intuito de apresentar a sociedade uma pequena parcela da relevância dessa temática. Neste caso, trabalhada nessa atividade junto ao 3o ano do ensino médio da turma de Edificações da Escola Estadual de Educação Profissional Juarez Távora.

Apresentamos e discutimos os direitos das pessoas com deficiência numa ação multidisciplinar e multiplicadora, ampliando o número de pessoas sensibilizadas com as questões que afetam a parcela da população que tem alguma deficiência ou

mobilidade reduzida. São futuros profissionais técnicos que entrarão no mercado de trabalho com uma mentalidade ampliada, além dos conhecimentos estritamente técnicos, que agora conhecem o tema e mostraram interesse em apoiar. É válido também ressaltar o trabalho junto a instituições parceiras, pois com a colaboração delas conseguimos realizar atividades com ampla abrangência social.

Concluimos essa atividade com bastante entusiasmo, pois notamos a relevância e o impacto que as temáticas da Inclusão Escolar e da Acessibilidade causaram nos alunos que participaram. É relevante também apontarmos o interesse dos alunos em participar, pois não teríamos realizado esta experiência sem a participação deles.

Diante do que foi exposto no decorrer deste trabalho concluimos que o objetivo nossa atividade prática foi atingido, pois levamos aos alunos novos olhares sobre a temática discutida,

além de conseguir a participação ativa de todos envolvidos no decorrer das atividades e que a experiência realizada dentro de uma metodologia integradora de saberes pode elevar o nível de consciência dos problemas relacionados tanto à inclusão como influenciar nas atitudes no futuro trabalho profissional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. **Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis n°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 5a ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEDEIROS, Francisca Rafaela Bezerra de. **Elementos para a microestrutura de um glossário semitrilíngue dos termos da audiodescrição**. Dissertação do Programa de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, 2012.

LIMA, Amanda Chaves. **Metodologia de sensibilização para difusão do conceito de inclusão e acessibilidade**. In: Encontros Universitários, UFC, 2014.